MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS E ORGANIZAÇÕES PEDAGÓGICAS APLICADAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Carlos Costa Vale[1]
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC
carlosvale15015@gmail.com

Rodrigo de Souza Gomes[2]
Universidade Federal do Acre - UFAC
gsr.gomes@gmail.com

Eixo temático:
Organização e memórias de espaços pedagógicos na EPT

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica sobre as inserções das memórias institucionais e na organização pedagógica da formação dos estudantes atendidos pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Institutos Federais brasileiros. O intuito desse trabalho é trazer à luz as boas práticas realizadas para melhoria da qualidade de ensino e avanços na formação técnico-profissionalizante. As memórias institucionais contribuem significativamente para construção das instituições, currículos e quadros pedagógicos. As metodologias de ensino aplicadas na formação de profissionais a partir da EPT são pensadas para o estabelecimento da relação entre o teórico, o cientifico e o prático. E os indivíduos formados nestes ambientes, são estimulados a desenvolver suas habilidades e competências. A presença de IFs traz não apenas a oportunidade do ensino profissionalizante gratuito e de qualidade, os institutos contribuem socialmente e economicamente para as comunidades atendidas.

Palavras-chave: Institutos Federais. Ensino profissionalizante. Educação brasileira.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças em curso nos vários setores da economia mundial, e em especial na brasileira, nas últimas décadas vêm redefinindo as relações entre educação, trabalho e emprego, movimentos que forçam as instituições educacionais a repensarem projetos e estratégias. Nesse sentido, a redescoberta da formação profissional parece ser indicativa de uma busca de formas alternativas, por intermédio das quais se tenta recompor a própria identidade com base no trabalho (OLIVEIRA, BATISTA e ALMEIDA, 2020). Logo, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) oferta, com base nas suas características, uma

formação norteada pela ciência, tecnologia, inovação e no desenvolvimento social, na tentativa de romper com o dualismo estrutural historicamente construído entre formação técnica e formação humanística (MANFREDI, 2016; LOPES, 2019).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), prevista na Lei nº 9.393 de 20 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008, estabelece conexão as demais formas de ensino, pois "integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia" (BRASIL, 2008), resguarda-se dois direitos constitucionais: o direito à educação e à profissionalização (BRASIL, 1988). Em 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (BRASIL, 2008).

Em 2018, passados 109 anos do decreto de Nilo Peçanha e 10 anos da criação dos IFs, existem no Brasil 589 institutos que atuam em conjunto com outras instituições para atender à demanda educacional em todos os Estados e regiões do país. Os IFs oferecem 10.643 cursos e contabilizam 947.792 matrículas, segundo a Plataforma Nilo Peçanha (MORAES, et al., 2018) que apresenta um panorama de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Nos IFs os estudantes, além do espaço formal da sala de aula, contam com laboratórios e atividades de campo que possibilitam andamentos de formação tanto paro o ensino médio técnico quanto para a pós-graduação (mestrado e doutorado). A proposta pedagógica divulgada nestes institutos busca articular trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, atendendo as necessidades da sociedade em vários níveis (ALVES et al., 2019).

Neste sentido, a orientação pedagógica destas instituições recusa o conhecimento pronto, baseado meramente em livros didáticos, a formação profissional é inserida de maneira abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para o trabalho mecânico e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior (ALVES et al., 2019). Trata-se de um profissionalizar mais amplo, que abre infinitas possibilidades de se reinventar no mundo e para o mundo. Princípios que são válidos e quistos para qualquer campo de formação. O resgate e a preservação das memórias institucionais na Educação Profissional e Tecnológica buscam promover a contextualização do ambiente

escolar e contribuir para a conscientização e emancipação do aluno durante o seu processo formativo.

Assim, o presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica sobre as metodologias aplicadas na inserção das memórias institucionais e na organização pedagógica da formação dos estudantes atendidos pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Institutos Federais brasileiros. O intuito desse trabalho é trazer à luz as boas práticas realizadas para melhoria da qualidade de ensino e avanços na formação técnico-profissionalizante.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O QUE SÃO MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS

De acordo com Jesus e Nascimento (2020), o resgate e a preservação das memórias institucionais na Educação Profissional e Tecnológica possibilitam a contextualização do ambiente escolar, assim como contribuem para a conscientização e emancipação do discente durante o seu processo formativo. A temática memória, porém, exige algumas considerações por ser um conceito polissêmico (com vários significados) de abordagem nos diferentes campos de estudo. Pierre Nora, historiador, faz a distinção entre memória e história, segundo o autor, diferente da história, que procura recontar de forma racional e científica o passado, a memória atua de forma mais dinâmica, sendo um fenômeno individual e coletivo (NORA, 1993).

A memória individual existe a partir de uma memória coletiva, como resultado da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais o indivíduo se insere, a exemplo, família, escola, vizinhança, ambiente de trabalho etc (HALBWACHS, 1990). Junto a essa necessidade de reunir as fontes documentais e tratá-las para promover a pesquisa, também é necessário evidenciar ou confrontar as diversas memórias, por tanto os ‘lugares de memória’ se reafirmam, pois existe um processo de aceleração da história que os ameaça com o esquecimento (NORA, 1993).

A autora Nora (1993) comenta que a mundialização, a democratização, a massificação, a midiatização causaram o desmoronamento da memória, da sociedade-memória, das ideologias-memória, o que torna necessário a criação de lugares para guardar nossas memórias materializadas são os “lugares da memória”, são os arquivos, as bibliotecas, centros

de memória e os museus como guardiães de nosso passado dado que não há memória espontânea.

Sousa (2019) comenta que ao entender que as fontes documentais contidas nos 'lugares de memória' são como registros materiais da memória das sociedades, da necessidade de perpetuação da memória através da história tão necessários à pesquisa, às lembranças, às comemorações, à memória coletiva e ao sentimento de identidade. A respeito do senso de identidade, Le Goff (1990) afirma que "a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia." (LE GOFF, 1990, p. 410).

A partir do momento que se conhece e compreende a sua história, através da constituição de suas memórias coletivas, da memória enquanto construção social e da preservação de suas memórias materializadas nos documentos, a sua identidade como escola torna-se uma experiência de democracia participativa ajudando na decisão coletiva de para onde se quer ir (CIAVATTA, 2005).

Dessa forma, compreende-se a necessária tomada da memória materializada em informação acessível que dê suporte às lembranças e a consolidação de memórias e identidades, mais especificamente no exercício dos arquivos como produto social, pois os melhores arquivos são os que servem os amplos objetivos sociais, culturais, de responsabilidade democrática (CUNNINGHAN, 2003).

As memórias institucionais representam muito além dos registros de momentos e processos construtivos das instituições. Tais conteúdos norteiam as ações desenvolvidas nas esferas administrativas e pedagógicas, estabelecendo as diretrizes que consolidaram os procedimentos básicos para as boas práticas de ensino e profissionalização dos alunos atendidos não apenas pela educação técnica, assim como para as demais modalidades de ensino (ALVES et al., 2019).

Assim, Jesus e Nascimento (2020) destacam que o processo de construção da memória institucional e sua consolidação por meio desse diálogo entre passado e presente, registrado de forma que outras gerações tenham conhecimento da trajetória organizacional, promove ao

aluno experiências que alcançam além da formação acadêmica, preparando-o para a vida em sociedade e exercício da cidadania.

2.2 PRINCIPAIS MÉTODOS DIDÁTICOS APLICADOS AO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE

Considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), aprovados em complementação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (Lei Federal 9.394), são positivadas de modo oficial as prerrogativas para o desenvolvimento de competências no sistema de ensino brasileiro em todo o país (BRASIL, 2000).

A valorização da aprendizagem (formal e não formal) é um dos vetores principais na formação completa do ser humano, pois aprendizagem e competência são as duas faces de uma política de educação e formação centrada no conhecimento. A aquisição de competências, embora se dê em um processo de colaboração com outros seres humanos, não ocorre à revelia do indivíduo, sem sua ativa participação. Logo, a aprendizagem é sempre ativa e colaborativa, ou seja, com elementos que enfatizam a ação e o trabalho em conjunto ou equipe (RUTHES, CUNHA, 2008).

Para tanto, a filosofia dos objetivos educacionais deve passar do conhecimento para a competência e do ensino para a aprendizagem, sendo que os alunos, na medida do possível, devem assumir a responsabilidade da sua própria aprendizagem, procurando ativamente a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de suas competências (GOODSON, 2001).

Nesse sentido, é fundamental que as estratégias adotadas em uma estrutura de sequência didática estejam adaptadas e relacionadas à situação-problema escolhida e que esta, por sua vez, esteja alinhada não somente às competências formativas almejadas para os alunos (considerando-os em suas especificidades), mas também aos tópicos e/ou módulos contidos na própria sequência didática (COSTA, 2018).

Costa (2018), em sua dissertação sobre o planejamento, construção, validação e avaliação de uma Sequência Didática para o Ensino Médio Integrado, definiu cinco abordagens que podem ser adotadas na construção da sequência didática a ser aplicada em sala de aula. Assim, apresenta-se a:

- Aprendizagem baseada em problemas: trata-se da interpretação, discussão e proposição de soluções de problemas. Permite explorar com profundidade a análises relacionadas a solução de um problema, aproveitando de todas as etapas associados ao processo construtivo para resolução situação apresentada;
- Estudo de caso: apresentação de um caso estudado com os meios para resolução do problema. Possibilita a compreensão da abordagem de um problema em um caso concreto. Nesse processo as características teóricas de um assunto ou tema são apresentadas em casos reais, sendo desmiuçado todas as questões contidas do caso analisado.
- Aprendendo "*in situ*": aprendizagem no mesmo ambiente ou condição que será aplicado o conhecimento. Proporciona o estabelecimento de habilidade direcionadas ao dia a dia da temática de formação do aluno, por exemplo: o discente que cursa Técnico em Pesca deve durante a sua formação vivenciar o dia a dia da produção e manejo de pescado, relacionando o teórico ao prático.
- Aprender servindo: oferece serviços e/ou produtos para a comunidade para aprender competências. Aprendizado estabelecido na retribuição a comunidade. Nesta metodologia, o estabelecimento das habilidades sociais e comportamentais são empregadas para construção de um profissional ético e cooperativo.
- Aprendizagem cooperativa: ensino com auxílio dos pares. São processos relacionados a troca de experiências entre os autores envolvidos no objeto estudado.

Faé et al. (2019), em um trabalho recente sobre a lealdade dos alunos matriculados em Institutos Federais, comentam que a expansão vertical dessas instituições fez com que eles passassem a ter uma lista de clientes e público-alvo bastante distintos. A maior quantidade de níveis de cursos ofertados trouxe para a instituição alunos matriculados com características demográficas, culturais, econômicas e sociais distintas. Para além disso, os IFs organizam suas grades curriculares e cursos com relação as características da comunidade atendida, produzindo efetivamente profissionais adequados a realidade da região assistida (PRATES, 2008). Segundo Pacheco (2010), o que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de superar obstáculos, com pensamentos e ações

favoráveis para transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis na construção da sociedade.

2.3 CARACTERÍSTICAS DO ENSINO DOS IFS BRASILEIROS

A modalidade EPT no Brasil foi, a partir de 2003, ampliada. De 140 escolas construídas até 2003, foram criadas mais de 500 unidades nos últimos anos. Em 2016, o Brasil contava com 685 *campi* federais oferecendo educação técnica e tecnológica. O processo de expansão tornou-se expressivo em função da unificação e legitimação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (PACHECO, 2010).

Todo esse processo de expansão das políticas para a EPT trouxe a necessidade do debate sobre a organização dessas instituições e seu papel no desenvolvimento social do país. O ápice deste diálogo do governo com a sociedade aconteceu com a sanção da Lei nº 11.892/2008, que concebeu uma institucionalidade inovadora, fortalecida como política em Rede e expandida em todo território nacional.

A educação profissional, no Brasil, teve na sua origem a ideia de atender as classes menos favorecidas, porém, com o desenvolvimento do país, a mão de obra qualificada tornou-se cada vez mais valorizada Sousa Brito e Caldas (2016). De acordo com (MOLL, 2010), a educação profissional e tecnológica é um tema que, desde os meados dos anos de 1990, mas ao longo de duas décadas, face à proposição e implementação de um amplo conjunto de reformas educacionais e ao estabelecimento de diversas políticas públicas e programas governamentais relacionados à temática, essa modalidade de ensino de fortaleceu no Brasil.

A implementação sancionada tinha como foco principal a educação integral numa proposta de organização pedagógica verticalizada, desenvolvida desde a educação básica até a superior, articulando ensino, ciência e tecnologia: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os IFs se organizaram a partir das estruturas pré-existentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), das Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Técnicas vinculadas às universidades e são, na opinião de Pacheco (2011), uma revolução na educação profissional, haja vista uma institucionalidade sem precedentes, pois são.

Os IFs, em sua concepção, amalgamam trabalho, ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. A ciência deve estar a serviço do homem e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso (METZNER et al., 2017).

O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é, pois, ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo trajeto da formação do trabalhador, representa a conjugação do saber na indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global.

Conforme Art. 7º da Lei nº 11.892/2008, estabelece que os IFs têm as seguintes finalidades e características: a oferta de Educação Profissional em todos os níveis de ensino e modalidades, de forma a permitir o desenvolvimento socioeconômico do local ao nacional; o desenvolvimento da Educação Profissional e tecnológica como um processo educativo e investigativo que corresponda às demandas sociais e regionais, principalmente orientando a oferta formativa para o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; a otimização material das instituições por meio da integração e da verticalização da Educação Básica à Educação Profissional e Educação Superior; constituir-se como centros de excelência e referência às outras instituições públicas; o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo, a atividades de extensão, bem como promover tecnologias sociais voltadas para a preservação do meio ambiente (GOUVEIA, 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada no presente trabalho consistiu-se em pesquisa de caráter bibliográfico, desenvolvida com base em materiais já elaborados, composto predominantemente de livros, publicações em periódicos e impressos diversos. Trata-se de

uma revisão de literatura com abordagem descritiva. O tipo de revisão foi integrativo que se caracteriza por uma vasta pesquisa nas mais diversas fontes, permitindo a entrada de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão ampla do fenômeno em análise, neste caso o uso das memórias institucionais e os métodos mais aplicados na formação dos estudantes atendidos pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Para realização do estudo foram utilizados como critérios de inclusão: abordar temáticas associadas ao ensino em IFs. Além das opções metodológicas direcionadas ao ensino técnico-profissionalizante. A busca na literatura e a seleção dos trabalhos foram realizadas no mês de fevereiro de 2021, no Portal da CAPES e na base de dados gratuita Google Acadêmico. Tais bases de dados foram selecionadas observando o critério de representatividade indicado por Gil (2008), além do acesso fácil e gratuidade. Foram estabelecidas e apresentadas, a partir da pesquisa bibliográfica e com base no referencial encontrado, os tópicos da Fundamentação Teórica: o que são memórias institucionais; principais métodos didáticos aplicados ao ensino técnico-profissionalizante; e características do ensino dos IFs brasileiros. Posteriormente, foi feita a discussão acerca das informações relacionadas a partir do levantamento bibliográfico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As mudanças diárias da cultura e do cotidiano escolar não estão para o currículo como obstáculos à uma desejável plasticidade do trabalho curricular, mas como algo que direciona o sentido coletivo e político numa perspectiva emancipadora da educação, em que os atores são capazes de reinterpretar e ressignificar as políticas educativas (OLIVEIRA, BATISTA e ALMEIDA, 2020).

Diante do exposto, reforça-se o entendimento de que a articulação das memórias institucionais à formação integral pode assumir o propósito de um resgate não meramente restrito a apresentação do trabalho realizado pela instituição. Pelo contrário, poderia consolidar um espaço de interação e diálogo que permita ao estudante o acesso às informações pertinentes ao lugar em que está inserido e ao seu papel enquanto discente, no que se refere tanto aos seus direitos quanto aos seus deveres.

Nesse sentido, é que passa a conferir autonomia e consciência de sua atuação cidadã no ambiente escolar e na sua vida em sociedade, por intermédio da experiência profunda através da prática educativa-crítica preconizada por Freire (1996). O educando, portanto, passa a se assumir enquanto ser social e histórico, comunicante e transformador da realidade social.

De maneira geral, há um cenário positivo quanto à implementação dos IFs e da ampliação das oportunidades de acesso. As memórias e metodologias aplicadas auxiliam na construção de um ambiente de aprendizagem e evolução dos discentes, aproximando-os da realidade encontrada no mercado de trabalho. Porém as diferenças sociais e as condições individuais dos alunos ainda são desafios para as instituições.

É desejável que as instituições desenvolvam ações relacionadas também ao empreendedorismo, tais como incubadoras, empresas juniores e outras que possam convergir para a maior interação com o setor produtivo. Nesse sentido, Santos, Leite e Araújo (2005) defendem que as instituições têm a responsabilidade de desenvolver processos, produtos e serviços para atendimento das demandas locais, nacionais e mundiais.

Ademais, a condição atual, frente a pandemia do SARs-COVID-19 agravou ainda mais as disparidades entre as condições de ensino e acesso à informação, e consequentemente, as tecnologias. É desafiador para docentes e alunos a transição do ensino presencial, para as modalidades totalmente on-line ou híbridas, assim aqueles que dominam e têm acesso aos meios de conexão (smartfones, computadores, notebooks, internet banda larga) acabam apresentando vantagens em relação aos demais (MOREIRA, HENRIQUE e BARROS, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade idealizada e projetada para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho, porém ao longo do processo ficou nítido que as funções transformadoras e sociais destes ambientes iam para além da formação do profissional. As memórias institucionais contribuem significativamente para construção das instituições, currículos e quadros pedagógicos. As metodologias de ensino aplicadas na formação de profissionais a partir da EPT são pensadas para o estabelecimento da relação entre o teórico, o cientifico e o prático. E os indivíduos formados

nestes ambientes, são estimulados a desenvolver suas habilidades e competências, aprendem a lidar com situações-problemas que permeiam o dia a dia do ambiente de trabalho e dentro da sociedade na qual esses alunos estão inseridos. A presença de IFs traz não apenas a oportunidade do ensino profissionalizante gratuito e de qualidade, os institutos contribuem socialmente e economicamente para as comunidades atendidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. S. PLÁCIDO, R. L. FARIA, F. P. ROHR, M. L. Retalhos de experiências exitosas em Educação Profissional e Tecnológica. **Debates em Educação,** v. 11(24), p. 564-585, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007- 2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em: 23 de jun.2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Plano Nacional de Educação- PNE. Brasília - DF: MEC/CNE, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf. Acessado em 09 /11/2017.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário,** v. 3, n. 3, 2005.

COSTA, José Benício da Cruz. **Planejamento, construção, validação e avaliação de uma Sequência Didática com foco no desenvolvimento de Competências no Ensino Médio Integrado.** 2018**.** 158f. Dissertação (Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física) – Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém/PA, 2018.

CUNNINGHAM, A. A alma e a consciência do arquivista: reflexões sobre o poder, a paixão e o positivismo de uma profissão missionária. Cadernos BAD, n. 2, 2003.

FAÉ, B. TEIXEIRA, A. LIMA, M. M. AZZARI, V. Antecedentes da lealdade dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino nos institutos federais de educação. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, v. 13(2), p. 1-19, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GOODSON, I. F. O currículo em mudança - estudos na construção social do currículo. Porto: Porto Editora, 2001.

GOUVEIA, F. P. S. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 9, 2016.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

JESUS, M. G.; NASCIMENTO, G. V. S. As memórias institucionais e a formação integral em um curso técnico na modalidade subsequente: os estudantes conhecem a instituição que os profissionaliza? Institutional memories and comprehensive training in a technical course in the subsequent modality: do students know the institution that professionalizes. **Revista Labor**, v. 2, n. 24, 2020.

LE GOFF, J. História e memória, Campinas: UNICAMP, 1990.

LEMOS, P. (2009). Inovação e empreendedorismo científico e tecnológico: alguns aspectos da experiência da Inova e da Unicamp. In: SANTOS, M. E. R. TOLEDO, P. T. M. LOTUFO, R. A. (Orgs). **Transferência de Tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica.** Campinas, SP: Komedi, 2009.

LOPES, M. W. V. Educação Profissional entre os anos 30 e 90: uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro. **Research, Society, and Devolepment**. v. 8(10), 2019.

MANFREDI, S. (2016). Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história. São Paulo: Paco Editorial.

METZNER, A. C. FERREIRA, H. J. NUNES, H. F. P. SO, M. R. DRIGO, A. J. Contribuição da Educação Física para o Ensino Médio: estudo a partir da prática docente de professores de Institutos Federais. **Motrivivência**, v. 29, n. 52, p. 106-123, 2017.

MOLL, J. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo – Desafios, Tensões e Possibilidades**. Artmed. Porto Alegre, 2010.

MORAES, G. H., ALBUQUERQUE, A. E. M. As Estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica-Silêncios Entre os Números da Formação de Trabalhadores. **Textos para discussão**, v. 45, p. 54-54, 2019.

MOREIRA, J. A.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. M. V. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia,** p. 351-364, 2020.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, S. R.; BATISTA, S. S. S.; ALMEIDA, I. B. Teorias e práticas curriculares na educação profissional e tecnológica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, p. 5, 2020.

PACHECO, E. M. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, E. (Org). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília, DF: Mec/Setec, 2011.

PACHECO, E. M. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. – Natal: IFRN, 2010.

PRATES, A. A. P. Organização e Gestão das Instituições Universitárias no Brasil: o caso da IFES. **Management in Dialogue Review**, v. 4, n. 1, 2008.

RUTHES, R. M.; CUNHA, ICO. Gestão por competências nas instituições de saúde. **São Paulo, Brasil, Editora Martinari**, 2008.

SANTOS, J.P. LEITE, J.Y.P. ARAÚJO, L.C. Empreendedorismo e Inovação Tecnológica – Uma Nova Metodologia. **Holos**,v. 3, p. 36-46, 2005.

SENADO FEDERAL, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/ CON1988_05. 10.1988/CON1988.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2021.

SOUSA BRITO, D. CALDAS, F. S. A evolução da carreira de magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) nos Institutos Federais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1(10), p. 85-96, 2016.

SOUSA, J. T. **A memória da Educação Profissional e Tecnológica no Ifes: caminhos para acesso e difusão das fontes documentais no campus Vitória.** 2019. 67f. Dissertação de Mestrado apresentada no curso de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Espírito Santo, campus Vitória, 2019.